*Artigo

Problema anual do material escolar prejudica alunos e o País

Até meados de abril, já num momento avançado do ano letivo, ainda havia prefeituras que não tinham entregue a totalidade dos materiais escolares aos alunos da rede municipal. Além do atraso e de produtos com erros, como réguas com a falta de números e livros com grafias erradas de estados brasileiros, denúncias de equívocos e corrupção nos processos licitatórios foram amplamente divulgadas pela mídia.

"A Tribuna", de Santos, noticiou que o Ministério Público do Estado de São Paulo passou a investigar um cartel nas concorrências relativas ao material escolar, que atuaria nos municípios de Guarujá, Bertioga, Ibitinga, Osasco, Paranaguá, Jaguariúna, Itapevi, Sumaré, Vinhedo, Itupeva e Registro. Segundo matéria de "O Vale", de São José dos Campos, materiais comprados no varejo estavam mais baratos do que os valores constantes do kit escolar da prefeitura. O "Bom Dia, São Paulo", da TV Globo, veiculou matérias mostrando que problema semelhante, segundo o Tribunal de Contas do Estado, ocorreu em Barueri, onde também houve atraso na entrega dos materiais aos alunos, assim como em Guarulhos, São Caetano do Sul e Itapecerica da Serra.

Tais problemas repetem-se a cada ano, comprometendo as metas de qualidade do ensino, uma prioridade nacional. Ante essa triste realidade, que afeta justamente os alunos dependentes do Estado para terem seu kit pedagógico, é muito pertinente o Projeto de Lei 122/2013, de autoria da senadora Lucia Vânia (PSDB/GO), que estabelece a transferência direta de recursos aos beneficiários do Programa Bolsa Família para a aquisição de material escolar.

Com isso, os estudantes não mais dependerão dos resultados das licitações, da pontualidade da entrega massiva dos produtos e complexa distribuição por parte das prefeituras para ter seus cadernos, lápis, canetas, borrachas, réguas, mochilas, compassos, apontadores e outros itens. Bastará ir a uma papelaria de sua própria cidade e adquirir os produtos, como todo cidadão.

O sucesso desse modelo é mais do que comprovado no Distrito Federal e em vários municípios que já substituíram as anacrônicas licitações, sempre permeadas de suspeitas, pelo Cartão Material Escolar. Este permite que o aluno adquira produtos de sua escolha, valorizando sua identidade, e estimula o comércio local, à medida que revitaliza as pequenas e médias papelarias e evita atrasos na entrega.

Assim, a aprovação do PLS 122 - Cartão Material Escolar fomentaria a economia local de milhares de municípios brasileiros, gerando novos empregos. Também contribuiria para aumentar a autoestima e rendimento escolar dos alunos pela escolha de seu próprio material, além de minimizar velhos e recorrentes problemas relacionados às licitações. Seria importante, dessa maneira, como mais um fator de inclusão social dos beneficiários do Bolsa Família.

A aprovação do projeto também seria um bom exemplo para que governos estaduais e prefeituras adotassem o Cartão Material Escolar. Tal avanço colocaria um fim nessa novela de mau gosto com a qual nos deparamos todo ano nos noticiários de televisão, rádio, jornal e revista, sobre fraudes nas licitações, atrasos na entrega e erros nos livros e outros produtos.

Nosso país apresenta o pior retorno de impostos para a população, de acordo com recente levantamento do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário), que mostra a baixa qualidade do gasto público. A pesquisa levou em conta o PIB e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 30 nações. Poderíamos começar a inverter essa desconfortável posição aperfeiçoando os investimentos da receita fiscal na compra do material escolar. Afinal, qualidade do ensino é decisiva para que as novas gerações possam vencer a corrupção e outros problemas incompatíveis com os nossos propósitos de desenvolvimento.

Rubens Passos é presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares (ABFIAE).

Diário da Serra

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago II • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal
Tiragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reiki
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes

REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
da@diariodaserra.com.br

DEPTO. DE ARTES
Gean Michel Lourenço Costa
Renan Bezerra do Nascimento
Reinaldo Manarim Neto
CONTATO
diariodaserra@terra.com.br

DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01
CNPJ 10.285.184/0001-37
PUBLICIDADE LEGAL
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.120/0001-07
GRÁFICA
Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
Av. Tancredo Neves, 1247 W
CNPJ 01.828.544/0001-09
CONTATO
diariodaserra@terra.com.br
65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br

*Curtas

Manifesto pela segurança acontece hoje

Assaltos, furtos, estupros, assassinatos e outros crimes estão cada vez mais se tornando comuns em Tangará da Serra. Todos os dias os meios de comunicação divulgam informações que cidadãos de bem do município sofreram e sofrem com a falta de segurança. Buscando dar um basta em tudo isso que um grupo de empresários, representantes de instituições e associações locais, entre outros líderes iniciaram um grupo para realização Como forma de reforçar o pedido, o grupo conclama também os empresários locais para que fechem as portas das suas empresas em protesto, levando também seus colaboradores para rua. A concentração será em frente ao Big Master da Vila Alta a partir das 16h, de onde o grupo sairá caminhando pela Avenida Brasil até a antiga prefeitura.



Campo Novo

O prefeito de Campo Novo do Parecis, Mauro Valter Berft, assinou na última quarta-feira, 28, o decreto nº 070, que dispõe sobre o horário de expediente dos órgãos municipais nos dias dos jogos da Seleção Brasileira durante a Copa do Mundo FIFA 2014. Nos dias 12, 17 e 23 de junho, o expediente será das 7h às 13h.

Serviços essenciais

As Secretarias Municipais responsáveis pelos serviços essenciais à população deverão providenciar o atendimento aos usuários mediante calendário específico. Nas datas de realização de jogos sem a participação da Seleção Brasileira haverá expediente normal de trabalho em todos os órgãos e repartições vinculados à Administração Pública Municipal.

Sema I

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema) promoveu uma reunião com o tema, Amazônia, Meio Ambiente e Perspectivas. O encontro, destinado às autoridades e gestores de instituições públicas e do setor privado, contou com palestra do professor e pesquisador amazonense Drº Raimundo Santos do Nascimento sobre "Meio Ambiente, Saúde e Fitoterapia".

Sema II

Já o economista Belisário dos Santos Arce, falou sobre "Pan-Amazonismo como instrumento para construção de uma Amazônia sustentável, solidária e forte". O professor Raimundo do Nascimento é Doutor e Mestre em Química pelo Instituto Militar de Engenharia, professor titular aposentado da Universidade Federal do Amazonas. e atua em pesquisas sobre produção fitoterápica para pessoas com câncer.

*Bastidores da Política

Famato

O produtor rural de Tangará da Serra, Normando Corral, assumirá a diretoria da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato). Corral, que já desempenha o papel de vice-presidente da entidade, ficará no cargo deixado por Rui Prado. A troca de diretoria atende a um pedido feito por Prado, que se licencia para participar do processo eleitoral deste ano.

Comissão

Sílvio Sommavilla (PV) e Claudinho Frare (PR), estiveram nesta quarta-feira, na cidade de Barra do Bugres. Os vereadores tangaraenses, que fazem parte da pela Comissão Especial em Prol da Implantação do Hospital Regional (Comissão Pró-HR), participaram de uma reunião agendada pela Comissão de Saúde da Câmara de Tangará com a Comissão de Saúde da Câmara de Barra.

Rached

Da reunião participaram o presidente da Câmara barrabugrense, vereador Gustavo Abi Rached Cruz (Pros), e o secretário municipal de Saúde de Barra do Bugres Jairo Ayres dentre outras autoridades. Segundo Rached, a reunião foi necessária porque os vereadores têm ouvido dos moradores rumores a respeito da instalação do Hospital Regional e uma preocupação com a perda do Hospital de Referência Regional.

Sommavilla

Após a reunião, o presidente da Comissão Pró-HR, vereador tangaraense Sílvio Sommavilla, afirmou que o apoio que é solicitado por Barra do Bugres para que o estado aumente o seu repasse existente, para o hospital já em funcionamento, será discutido com o colegiado, na próxima reunião Consórcio Intermunicipal de Saúde que será realizada em tangará, em data a ser confirmada.

Florindo

O TRE inocentou na terça-feira, dia 03, o prefeito de Barra do Bugres, Júlio Florindo das acusações de captação ilícita de sufrágio (compra de votos). A ação movida pelo ministério publico de Barra do Bugres foi julgada improcedente. O órgão pedia a cassação do mandato do prefeito Julio Florindo (PSD) e seu vice João Bosco (PT) por suposto abuso de poder econômico.

Declaração

O prefeito Júlio Florindo declarou que é lamentável que ainda existam nos dias de hoje algumas pessoas que não aceitam a legitima vontade popular, e expressada nas urnas, insistem em tentar de forma espúria reverter um processo legitimo e democrático. Júlio Florindo se elegeu com 49,54% dos votos em 2012.

Chapada

Mesmo com sete dos 11 vereadores votando pela cassação, o prefeito de Chapada dos Guimarães, José Neves (PSDB), conseguiu se manter no cargo e deve retornar às funções em agosto. Para que a Câmara do município conseguisse cassar o tucano, eram necessários, conforme legislação, 2/3 dos votos (oito votos).

Ações civis

A votação contou com a presença de grande parte da população, que lotou as dependências do Legislativo. A gestão do prefeito já acumula outras 11 ações civis públicas pela suposta pratica de atos de improbidade administrativa e manutenção de serviços essenciais, em apenas 17 meses de administração.

Silval Barbosa quebra silêncio

Ilustração: Renan Guzetto

O governador Silval Barbosa (PMDB) quebrou o silêncio e concedeu entrevista coletiva à imprensa, na manhã desta terça-feira (3). Contudo, o chefe do Executivo estadual evitou dar detalhes da 5ª fase da Operação Ararath, desencadeada pela Polícia Federal, ao qual ele foi um dos alvos. O peemedebista se limitou apenas em dizer que não vai responder aos questionamentos sobre seu envolvimento no suposto esquema de empréstimos milionários, com o empresário Júnior Mendonça, da rede Amazônia Petróleo – alvo principal. "Não vou responder detalhadamente todo o processo, porque a quebra de sigilo ocorreu em Mato Grosso, na 5ª Vara Federal, mas continua, por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), sob sigilo".

